



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

9

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)


Ano 2020



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

9

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado

9

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 9 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-273-9

DOI 10.22533/at.ed.739201208

1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Planejamento educacional.
I. Silva, Américo Junior Nunes da.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo destrato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. Precisamos criar diferentes espaços de resistência a todos os retrocessos que nos estão sendo impostos. O volume 9 deste livro, intitulado “**Educação: Atualidade e Capacidade de Transformação do Conhecimento Gerado**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, aqueles e aquelas que pensam e inter cruzam as diferentes problemáticas educacionais.

Este livro, portanto, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional brasileiro. Os capítulos que compõe essa obra abordam, de forma interdisciplinar, a partir da realização de pesquisas, relatos de casos e revisões, problemas e situações comuns a Educação.

Por fim, ao levar em consideração todos os elementos que apresentamos anteriormente, esta obra, a partir das discussões que emergem de suas páginas, constitui-se enquanto importante leitura para aqueles que fazem Educação no país ou aqueles que se interessam pelas temáticas aqui discutidas. Nesse sentido, desejo uma boa leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TRABALHO-EDUCAÇÃO: À LUZ DA REALIDADE	
Taniária Conceição dos Anjos Nilza da Silva Martins	
DOI 10.22533/at.ed.7392012081	
CAPÍTULO 2	6
TEORIA INTEGRADA DE <i>ENGAGEMENT</i> ACADÊMICO VOLTADA A EDUCAÇÃO SUPERIOR	
Rosa Maria Rigo José António Marques Moreira Sara Dias-Trindade	
DOI 10.22533/at.ed.7392012083	
CAPÍTULO 3	18
A FORMAÇÃO POLÍTICA DE TRABALHADORES PRECARIZADOS NO MST E NO MTST	
Renan Dias Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.7392012084	
CAPÍTULO 4	33
O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO POPULAR	
Ana Marta Gonçalves Soares	
DOI 10.22533/at.ed.7392012085	
CAPÍTULO 5	40
IDENTIDADE EM TRÂNSITO: A REDEFINIÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO CAP-UFMA NOS ANOS 1980	
Raimundo Inácio Souza Araújo Alysson Sousa Lopes Emmanuelly da Silva Silva Isaac Dias Mota	
DOI 10.22533/at.ed.7392012086	
CAPÍTULO 6	49
PET-SAÚDE/GRADUA-SUS UFFS/ <i>CAMPUS</i> CHAPECÓ E SESAU: EXPERIÊNCIA EXITOSA DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO E SERVIÇO	
Débora Tavares de Resende e Silva Larissa Hermes Thomas Tombini Gessiani Fatima Larentes Gabriela Gonçalves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.7392012087	
CAPÍTULO 7	56
RELATO DE EXPERIÊNCIA NA MONITORIA DA DISCIPLINA DE GENÉTICA E BIOLOGIA MOLECULAR: APRENDIZADO DA TEORIA À PRÁTICA	
Maria Iara Almeida Gonçalves dos Santos Jorge Portella Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.7392012088	

CAPÍTULO 8	64
PSICOTERAPIA DE GRUPO: UM RELATO DE INTERVENÇÃO COM LUTADORES DE ARTES MARCIAIS MISTAS (MMA)	
Fábio Silvestre da Silva Rebeca Barros da Silva Almeida Rosana Augusta Alves Baleeiro	
DOI 10.22533/at.ed.7392012089	
CAPÍTULO 9	72
INTERPROFISSIONALIDADE NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Ellen Moreira Cordeiro Angélica Marques Barbosa Fernanda Ribeiro de Almeida Thaynara Batista Costa Souza Katarinne Lima Moraes Patrícia Leão da Silva Agostinho Yolanda Rufina Condorimay Tacsí Ludmila Grego Maia	
DOI 10.22533/at.ed.73920120810	
CAPÍTULO 10	78
A RELAÇÃO HUMANA COM A NATUREZA NA CULTURA OCIDENTAL: UMA EXPERIÊNCIA TRANSDISCIPLINAR NO INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ	
Alan Christian de Sousa Santos Juliano Sitherenn	
DOI 10.22533/at.ed.73920120811	
CAPÍTULO 11	90
DA PRÁTICA À TEORIA: CONSTRUÇÃO DE SABERES CIENTÍFICOS ATRAVÉS DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Joselia Cristina Siqueira da Silva Gilmene Bianco	
DOI 10.22533/at.ed.73920120812	
CAPÍTULO 12	102
O MONITORAMENTO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL ENTRE 2014 A 2024: UM DESAFIO DA ALFABETIZAÇÃO	
Pablo Afonso Silva Rozemeiry dos Santos Marques Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.73920120813	
CAPÍTULO 13	112
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: CONTEXTOS E IMPASSES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
Paula Corrêa	
DOI 10.22533/at.ed.73920120814	
CAPÍTULO 14	117
OLHAR HOLÍSTICO EM FORMAÇÃO: EXPERIÊNCIA ACADÊMICA CONDUZIDA PELO MÉTODO CLÍNICO CENTRADO NA PESSOA	
Camila França Arruda Daniele Belizário Bispo Débora Teodoro Carrijo	

Luísa Castilho Amâncio
Guthieres Mendonça Schmitt
Júlia Oliveira Carvalho
Natália Sousa Costa
Eliabe Roriz Silva
Juliane Macedo
Marcela de Andrade Silvestre

DOI 10.22533/at.ed.73920120815

CAPÍTULO 15 125

MONITORIA ACADÊMICA NA DISCIPLINA DE HEMATOLOGIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Raianne Ribeiro Silva Lopes
Martha Ribeiro Bonilha

DOI 10.22533/at.ed.73920120816

CAPÍTULO 16 131

MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO-APRENDIZAGEM PARA JOVENS CARENTES

Annelise Cabral
Gisely Luzia Stroher
Gylles Ricardo Ströher

DOI 10.22533/at.ed.73920120817

CAPÍTULO 17 137

IMIGRANTES BOLIVIANOS DA PLANÍCIE E DO ALTIPLANO EM REGIÃO DE FRONTEIRA: DISTINÇÕES
PREGRESSAS EM SOLIDARIEDADE SELETIVA

Joanna Amorim de Melo Souza Loio
Joyce Ferreira de Melo Marini
Marco Aurélio Machado de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.73920120818

CAPÍTULO 18 150

PROEJA: ARRANJOS CURRICULARES E ITINERÁRIOS FORMATIVOS NOS CURSOS TÉCNICOS
INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DOS CEEP^s-BAHIA

Marciléa Melo Alves Lima
Cândida Maria Santos Daltro Alves

DOI 10.22533/at.ed.73920120819

CAPÍTULO 19 165

PROJETO DE INVESTIGAÇÃO NA EJA: COMPONENTE CURRICULAR QUE PROMOVE AUTORIA E
AMPLIA CONHECIMENTOS

Juçara Benvenuti

DOI 10.22533/at.ed.73920120820

CAPÍTULO 20 173

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS SOBRE CURRÍCULO INTEGRADO EM CURSOS DE LICENCIATURA DE UM
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Taniamara Vizzotto Chaves
Maria Teresinha Verle Kaefer

DOI 10.22533/at.ed.73920120821

CAPÍTULO 21 184

A IMPORTÂNCIA DA CULTURA ALIMENTAR NA ESCOLA

Antonio Carlos Barbosa da Silva

Marina Coimbra Casadei Barbosa da Silva

DOI 10.22533/at.ed.73920120822

CAPÍTULO 22 196

PATRIMÔNIO CULTURAL: PRESSUPOSTOS PARA CONSCIENTIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO POR MEIO DA ARTE EDUCAÇÃO

Noelene da Costa Lima Silva

DOI 10.22533/at.ed.73920120823

SOBRE O ORGANIZADOR..... 206

ÍNDICE REMISSIVO 207

A FORMAÇÃO POLÍTICA DE TRABALHADORES PRECARIZADOS NO MST E NO MTST

Data de aceite: 03/08/2020

Renan Dias Oliveira

Centro Universitário Fundação Santo André,
Faculdade de Ciências Econômicas e
Administrativas, Brasil

RESUMO: O tema deste artigo se fundamenta em dois eixos principais: o primeiro procura analisar, do ponto de vista da Sociologia do Trabalho, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) têm atuado na incorporação de grupos precarizados de trabalhadores rurais e urbanos em suas fileiras de atuação social e política. O segundo procura analisar como os “setores de formação” dos dois movimentos atuam nessa dinâmica de absorção de trabalhadores e na consequente formação política desses mesmos trabalhadores, que irão compor as fileiras dos dois movimentos sociais de forma orgânica, como militantes. Por fim, será feita uma comparação entre as dinâmicas dos dois movimentos, a fim de melhor compreender o caminho percorrido por trabalhadores precarizados, que se tornam atores políticos no interior dos dois maiores movimentos sociais do país.

Considera-se importante resgatar trabalhos de pesquisa realizados sobre a formação política em movimentos sociais, mas dando ênfase ao protagonismo político de setores de trabalhadores nesses dois movimentos

PALAVRAS-CHAVE: formação. Política. Trabalhadores. Precarização. MST.MTST

THE POLITICAL TRAINING OF PRECARIZED WORKERS IN THE MST AND MTST

ABSTRACT. The theme of this article is based on two main axes: the first seeks to analyze, from the point of view of Sociology of Work, such as the Landless Rural Workers Movement (MST) and the Movement of the Homeless Workers (MTST) in the incorporation of precarious groups of rural and urban workers in their ranks of social and political activity. The second seeks to analyze how the “training sectors” of the two movements act in this dynamics of absorption of workers and in the consequent political formation of these same workers, who will form the ranks of the two social movements organically as militants. Finally, a comparison will be made between the dynamics of the two movements in order to better understand the path taken by precarious workers, who become political actors within the two largest social

movements in the country. It is considered important to rescue research work carried out on political formation in social movements, but emphasizing the political protagonism of sectors of workers precarized in these two movements.

KEYWORDS: Keyword list. Formation. Policy. Workers. Precariousness. MST. MTST

INTRODUÇÃO

A temática da precarização do trabalho no campo não é recente na bibliografia sociológica. A formação estrutural desigual da propriedade fundiária no Brasil e o avanço do capitalismo na zona rural nas últimas décadas criaram um ambiente de trabalho cada vez mais precarizado e carente de direitos sociais. As transformações sociais no meio rural têm se mostrado socialmente excludentes nas últimas décadas, relacionadas a um avanço tecnológico cada vez maior na produção e à precarização do emprego nas relações de trabalho, caracterizadas pelo autoritarismo e pela informalidade. No início da década de 1980 o mercado de trabalho no meio rural sofreu profundas alterações.

Como reflexo do chamado “milagre econômico brasileiro” (1967-1972), a produção rural se viu cada vez mais refém do capitalismo urbano brasileiro. A produção no campo, principalmente a agricultura, assiste também a um crescimento da produtividade e a uma alta especialização do trabalho. E assim como o crescimento industrial, que puxou o “milagre econômico”, o crescimento econômico no campo não significou mudanças positivas para os trabalhadores rurais. Destarte conquistas pontuais, a propriedade da terra continuou extremamente concentrada e os direitos sociais avançaram pouco (SILVA,2007).

Segundo Schindwein (2011), a Constituição de 1988 pode ser considerada um marco na história da luta por direitos dos trabalhadores rurais no Brasil. Principalmente as conquistas no acesso aos benefícios previdenciários foram frutos de intensa mobilização social. Mas Sant’Ana (2014, p.5) aponta que o modelo agrário monocultor e exportador remonta aos projetos de “modernização do campo” capitaneados pela ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Já nesse período a resistência a esse modelo começa também a se articular. Em janeiro de 1984 realiza-se na cidade de Cascavel, estado do Paraná, um grande encontro de trabalhadores rurais, no qual se decide pela construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST. Em janeiro de 1985 realiza-se na mesma cidade o 1º Congresso Nacional do MST. O movimento viria a se constituir como o maior movimento social do país nos anos seguintes e teria um papel decisivo na incorporação de trabalhadores rurais precarizados e na formação política desse contingente, do qual grande parte viria a se tornar militante política ativa do movimento.

FUNDAMENTAÇÃO

Hoje o MST conta com onze setores em sua estrutura de organização, sendo um deles de “Educação” e outro de “Formação”. O setor de “Educação”, que atua constantemente nos acampamentos e assentamentos, abarca uma perspectiva ampla, que envolve desde as necessidades específicas das ocupações, a conquista de escolas nos acampamentos e a capacitação de professores até à construção de um modelo alternativo de educação radicalmente popular, e à erradicação do analfabetismo nas áreas de atuação. Já o setor de “Formação” abarca, de forma mais específica, a estruturação e organização dos cursos de formação política, como também se pode ler no site doMST:

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) é um espaço destinado, por excelência, para a formação política de trabalhadores sem-terra precarizados que passam a compor as fileiras do MST., por isso foi escolhida como objeto de pesquisa sociológica neste projeto. A inspiração pedagógica do movimento, que se cristaliza na ENFF, baseia-se em diversos autores e perspectivas de educação popular, mas como aponta Ribeiro (2015), sua principal fonte remete à chamada “educação libertadora”, com base nas obras, metodologia e atuação do educador brasileiro Paulo Freire.

O MST considera de fundamental importância absorver trabalhadores rurais precarizados e oferecer-lhes formação política para que se integrem à corrente de militantes do movimento. A Escola Nacional Florestan Fernandes torna-se assim o espaço principal em que o MST estrutura cursos de formação política sólida para esses trabalhadores, recebendo colaborações nos cursos de diversos intelectuais, professores, artistas e ativistas que são próximos do movimento.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) surge no final dos anos 1990 das fileiras do próprio MST. O movimento se vê então na necessidade de articular um movimento específico para as questões políticas dos trabalhadores urbanos. A ocupação de terras (em muitos casos já terras urbanas) continua sendo de extrema importância para a formação política de trabalhadores precarizados recémincorporados pelo movimento.

Goulart (2011) aponta que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST, passava a se preocupar também com a formação política e organização dos trabalhadores “das cidades” e não apenas “nas cidades”. A partir da Marcha Nacional do MST em 1997, o movimento liberou militantes para construir um movimento análogo nas cidades, a fim de enfrentar as consequências do neoliberalismo no mundo urbano, naquele momento notadamente o desemprego, a precarização do trabalho e a falta de acesso à moradia. O MTST vai aos poucos se estruturando, tendo a organização de trabalhadores precarizados como uma de suas propostas centrais, ressaltando as dificuldades da organização sindical e a importância da organização política a partir do “território”. O movimento atua politicamente em diversas questões relacionadas à classe trabalhadora nas cidades. Não se define simplesmente como mais um “movimento de

moradia”, ainda que a moradia faça parte dos direitos necessários para a população mais pobre viver nas cidades. De forma geral, o setor da classe trabalhadora que se incorpora ao MTST nas ocupações vive uma realidade de precarização do trabalho, dificuldade em pagar aluguéis, desemprego, miséria ou pobreza, e faz-se necessário enfrentar e superar também esses problemas.

O aumento do desemprego, atrelado a uma forte competição entre os trabalhadores, engendrou uma situação em que a “empresa neoliberal” tinha muito mais facilidade para desestruturar os grandes e antigos coletivos de trabalho. Como exemplo pode-se citar a questão das terceirizações, que logrou dispersar as concentrações de trabalhadores nas fábricas e facilitar a destruição das “antigas relações políticas”, empurrando grande parte da “nova classe trabalhadora” para o setor de serviços, carente de organizações coletivas consolidadas e fortalecidas. Além disso, outro fator merece destaque na reconfiguração e na construção de novos espaços de trabalho nos anos 1990: “[...] uma concepção reestruturada do espaço e com fartura de equipamentos informacionais, permitiu uma profunda transformação da organização do trabalho à qual nem todos os integrantes da “velha classe trabalhadora” puderam adaptar-se” (BRAGA, 2006, p.138).

O MTST desenvolve formas diversas de formação política. A ocupação de terras, assim como ocorre com o MST tem para o movimento um caráter pedagógico e formativo por excelência. É o primeiro momento de aprendizado e formação na própria ação política direta. Mas é inegável o potencial do movimento em organizar e formar politicamente trabalhadores precarizados nos últimos anos. Em sua organização interna, o MTST, assim como o MST, também conta com um “setor de formação”. O MTST não conta com uma estrutura tal qual o MST, que por exemplo tem a Escola Nacional Florestan Fernandes como principal centro de formação. Também não tem ainda uma rede de relações com outros movimentos sociais, universidades, partidos políticos de esquerda, frentes amplas de mobilização que lhe permitam oferecer cursos de formação política estruturados como os do MTST. Mas, desde suas origens, o movimento reserva lugar especial para a formação de seus militantes e realiza essa formação, progressivamente, em suas ocupações. Tem sido cada vez mais comum o MTST fazer parcerias com grupos locais de educação popular e de teatro, a fim de que participem da formação política de seus militantes a partir de seus territórios (GOULART, 2011).

As transformações sociais no meio rural têm se mostrado socialmente excludentes nas últimas décadas, relacionadas a um avanço tecnológico cada vez maior na produção e à precarização do emprego nas relações de trabalho, caracterizadas pelo autoritarismo e pela informalidade. No Brasil, desde a década de 1960 há uma efetiva diminuição do trabalho permanente no campo, relacionada a enormes taxas de êxodo rural, ao crescimento do trabalho sazonal e ao aumento dos contratos informais de trabalho (GONÇALO, 2001).

No início da década de 1980 o mercado de trabalho no meio rural sofreu profundas alterações. Como reflexo do chamado “milagre econômico brasileiro” (1967-1972), a

produção rural se viu cada vez mais refém do capitalismo urbano brasileiro. A produção no campo, principalmente a agricultura, assiste também a um crescimento da produtividade e a uma alta especialização do trabalho. E assim como o crescimento industrial, que puxou o “milagre econômico”, o crescimento econômico no campo não significou mudanças positivas para os trabalhadores rurais. Destarte conquistas pontuais, a propriedade da terra continuou extremamente concentrada e os direitos sociais avançaram pouco (SILVA, 2007).

Nas últimas décadas o capital industrial e comercial operou profundas transformações na estrutura social do campo no Brasil. Um considerável contingente de pequenos produtores se viu obrigado a deixar de produzir para a subsistência e para mercados locais e a se inserir na dinâmica do mercado capitalista globalizado. Para tanto, a maioria dos pequenos produtores ficam reféns de insumos e tecnologias de propriedade de grandes corporações, os quais se veem na necessidade de adquirir. Sem conseguir competir no mercado com essas mesmas grandes corporações, muitos pequenos produtores têm que complementar sua renda familiar com trabalhos temporários e sazonais, o que aumenta o grau de precarização do trabalho no campo (GONÇALO, 2001).

Esse contingente de pequenos produtores, que se tornam pauperizados mesmo em jornadas duplas, também tem dificuldade de acesso a direitos e políticas sociais. Como aponta Gonçalo (2001, p. 13): “Há aproximadamente sete milhões de assalariados rurais no Brasil, de um total de catorze milhões de pessoas ocupadas na agricultura (...), cerca de cinco milhões de assalariados rurais não possuem carteira assinada nem direitos trabalhistas como 13º salário, férias e FGTS”. Pode-se afirmar, assim, que o trabalho no campo, a despeito de incontáveis avanços tecnológicos, segue uma tendência de precarização cada vez mais intensa no país.

Como aponta Schindwein (2011), os trabalhadores rurais passam a integrar o conjunto das ações de proteção social no Brasil somente na década de 1970, diferentemente do trabalhador urbano, que passou a ter alguns direitos assegurados a partir da década de 1930. E ainda assim, com disparidades enormes entre as duas categorias, o que fica evidente, por exemplo, nas questões que tocam à aposentadoria e aos acidentes de trabalho, as quais o trabalhador rural tem ínfima proteção social ainda hoje.

Ainda segundo Schindwein (2011), a Constituição de 1988 pode ser considerada um marco na história da luta por direitos dos trabalhadores rurais no Brasil. Principalmente as conquistas no acesso aos benefícios previdenciários foram frutos de intensa mobilização social de entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FENTAG), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e outros movimentos de representação e mobilização política que ganharam força nos anos 1980. Outras leis, como a que trata da aposentadoria de mulheres trabalhadoras rurais, por exemplo, só vieram na década de 1990. Ainda assim os direitos assegurados

na Constituição de 1988 significaram um importante arcabouço no que toca à seguridade social para os trabalhadores rurais, em um momento em que o neoliberalismo impactaria fortemente o emprego e as relações de trabalho no país.

Sant’Ana (2014, p.5) aponta que desde a década de 1990 o chamado “agronegócio” vem se estruturando e se fortalecendo no cenário agrícola brasileiro: “(...) com presença massiva de capitais internacionais, aportes vindos dos governos e fortalecimento político de seus representantes”. Ao passo que o agronegócio foi se fortalecendo nas últimas duas décadas, as políticas de seguridade social foram regredindo. As taxas de êxodo rural continuaram aumentando, bem como o desemprego no campo. Mudanças significativas na estrutura fundiária do país em prol dos trabalhadores são impossíveis no contexto neoliberal:

A agricultura familiar e a camponesa permanecem com menores investimentos e resistindo à pressão do modelo hegemônico, que produz tecnologia voltada para a monocultura e inflaciona o mercado de terras, de maneira a dificultar uma reforma agrária ampla e maciça e uma política agrícola de bases agroecológicas. Os rebatimentos desse processo sobre o mundo do trabalho são evidentes: a desertificação do campo em áreas de monocultura, a diminuição dos agricultores familiares e camponeses, a precarização do trabalho assalariado, a concentração dos maiores índices de pobreza em área rural e o acirramento da luta pela terra. (SANT’ANA, 2014, p. 6)

Esse modelo agrário monocultor e exportador remonta aos projetos de “modernização do campo” capitaneados pela ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Já nesse período a resistência a esse modelo começa também a se articular. Em janeiro de 1984 realiza-se na cidade de Cascavel, estado do Paraná, um grande encontro de trabalhadores rurais, no qual se decide pela construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST. Em janeiro de 1985 realiza-se na mesma cidade o 1º Congresso Nacional do MST. O movimento viria a se constituir como o maior movimento social do país nos anos seguintes e teria um papel decisivo na incorporação de trabalhadores rurais precarizados e na formação política desse contingente, do qual grande parte viria a se tornar militante política ativa do movimento.

A pesquisa teve também o objetivo de analisar a estrutura, o conteúdo e as práticas formativas do MST nos cursos oferecidos na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), principal espaço de formação do MST, que tratam da atual crise estrutural do capital, principalmente no que incide diretamente na precarização do trabalho rural. Morissawa (2007) aponta que o MST tem, desde suas origens, uma atenção especial para os espaços formativos em sua dinâmica de atuação. Após as primeiras ocupações de terra do movimento na década de 1980 e como fruto, principalmente, de seu 1º Congresso Nacional, o MST já defendia que as ocupações têm um caráter pedagógico por excelência. Quem nelas está envolvido aprende, ensina e partilha conhecimentos. Mas já reconhecia que para manter a dinâmica e os propósitos do movimento coesos seriam necessários espaços específicos de formação política.

Hoje o MST conta com onze setores em sua estrutura de organização, sendo um deles de “Educação” e outro de “Formação”. O setor de “Educação”, que atua constantemente nos acampamentos e assentamentos, abarca uma perspectiva ampla, que envolve desde as necessidades específicas das ocupações, a conquista de escolas nos acampamentos e a capacitação de professores até à construção de um modelo alternativo de educação radicalmente popular, e à erradicação do analfabetismo nas áreas de atuação. Como é explicitado no site do movimento:

Se a terra representa a possibilidade de trabalhar, produzir e viver dignamente, a educação é o outro instrumento fundamental para a continuidade da luta. Com isso, o Setor de Educação busca dar repostas às necessidades educacionais nos acampamentos e assentamentos. Os maiores objetivos são a erradicação do analfabetismo nas áreas, a conquista de condições reais para que toda criança e adolescente esteja na escola, isso implica na luta por escolas de ensino fundamental e médio dentro dos assentamentos, a capacitação dos professores para que sejam respeitados enquanto sabedores das necessidades e portadores da novidade de construir uma proposta alternativa de educação popular (MST, s/d).

Além dos setores organizativos há um espaço destinado aos editoriais do movimento, no qual um dos eixos é “Educação, Cultura e Comunicação”. Esse eixo, que atua na edição dos jornais e nos materiais pedagógicos do MST, tem uma concepção de educação e formação política com base no Dicionário na Educação do Campo, o qual tem a seguinte definição: “A educação e o acesso à cultura, ao conhecimento, a valorização dos saberes populares, é condição fundamental para a realização dos brasileiros como seres humanos plenos, com dignidade e altivez.” (CALDART et al. 2012, p. 239).

A ENFF está situada no município paulista de Guararema e foi inaugurada com um grande evento internacional em 23 de janeiro de 2005. Construída entre os anos de 2000 e 2005, a partir do trabalho voluntário de mais de mil trabalhadores semterra e simpatizantes, hoje a escola oferece grande quantidade de cursos em várias áreas do conhecimento. A Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes (AAENFF), entidade de militantes e colaboradores, que objetiva divulgar atividades, desenvolver parcerias, promover campanhas de solidariedade e de arrecadação de recursos, assim define a escola:

Sua missão é a de atender às necessidades da formação de militantes de movimentos sociais e organizações que lutam por um mundo mais justo (...) Atualmente a ENFF encontra-se ameaçada pelo estrangulamento econômico, no contexto da ofensiva orquestrada pela direita brasileira contra os movimentos sociais, particularmente o MST. No momento em que os movimentos sociais são obrigados a mobilizar suas energias para resistir aos ataques dos donos do capital, a Escola também se torna alvo dessa política: as classes dominantes não aceitam a ideia de que os trabalhadores se tornem sujeitos conscientes de sua própria história (ENFF, s/d.a).

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa consistiu em levantamento bibliográfico que servirá de referência nos temas apontados na apresentação do texto. A parte teórica dialogou com

a pesquisa de campo criando uma síntese no momento da sistematização e redação; e também fundamentou a própria pesquisa de campo nos objetivos e hipóteses a que ela se propôs, conforme aponta Demo (1987) e os estudos de caso de Antunes (2011) e Braga (2006). Na pesquisa de campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores que frequentam os cursos do MST na ENFF e nas ocupações do MTST na região metropolitana de São Paulo, a fim de traçar um perfil desses trabalhadores quanto às suas trajetórias ocupacionais e quanto ao seu interesse em compor os movimentos sociais em questão como militantes políticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) é um espaço destinado, por excelência, para a formação política de trabalhadores sem-terra precarizados que passam a compor as fileiras do MST., por isso foi escolhida como objeto de pesquisa sociológica neste projeto. A inspiração pedagógica do movimento, que se cristaliza na ENFF, baseia-se em diversos autores e perspectivas de educação popular, mas como aponta Ribeiro (2015), sua principal fonte remete à chamada “educação libertadora”, com base nas obras, metodologia e atuação do educador brasileiro Paulo Freire. Esta perspectiva de educação, desde 1961 com o Movimento de Educação de Base (MEB), passou a defender que o projeto educacional e pedagógico do campo político da classe trabalhadora não poderia ser o mesmo projeto educacional e pedagógico do campo político do capital. Com inspiração no espectro teórico do marxismo, os educadores populares do MEB começavam a perceber que o projeto educacional dos setores oprimidos da sociedade estava intrinsecamente ligado a um projeto político próprio. O projeto da classe trabalhadora, da educação de caráter libertador, deveria estar, então, atrelado à luta de classes. No caso da classe trabalhadora precarizada do campo, deveria estar atrelada ao enfrentamento ao latifúndio e à luta pela reforma agrária (RIBEIRO,2015).

O primeiro momento em que se torna claro que o enfrentamento de interesses de classe ocorre é na própria ocupação de terras. Segundo Silva (2007), a ocupação é um momento de disputa, contestação e ruptura da propriedade privada, o que vislumbra e fomenta a construção de uma nova ordem social. A expropriação de terras sugere um campo amplo para debates, compreensão e aprofundamento da consciência em torno do controle e do domínio que existe no bojo da sociedade capitalista. Ela define a expropriação como “[...] processo complexo e interligado entre produção material e ideológica da vida, a partir da caracterização da expropriação dos meios de produção, compreendemos o caráter educativo que a sustenta, ao mesmo tempo em que é gerado por ela.” (SILVA, 2007, p.7).

Posteriormente, esse conhecimento advindo da prática política é sistematizado para

os cursos de formação na ENFF. Os cursos na escola expressam a leitura e a interpretação que o MST faz da presente crise do capital e da precarização do trabalho no campo. O movimento compartilha nos cursos a tese de Mézaros (2002) ao defender que esta crise é a manifestação das consequências mais perniciosas da ordem regida pelo capital, que afeta primordialmente os trabalhadores e também ecossistemas inteiros. Os principais sintomas da crise são o desemprego estrutural, a precarização intensiva da força de trabalho e a catastrófica e intensa destruição ambiental. Com base em estudo de Pinassi (2009) o MST também defende a tese de que, durante sua fase de ascensão histórica, o sistema metabólico do capital protelava a agudização de problemas como a precarização do trabalho, utilizando-se de sua estrutura hierárquica e sedimentada no desenvolvimento desigual, transferindo suas contradições do centro para a periferia do sistema.

Ainda segundo Pinassi (2009), em um determinado momento de acumulação, os limites absolutos do capital são desafiados, a crise se manifesta em quatro eixos principais e de forma estrutural: possui caráter universal no mundo do trabalho, seu caráter estrutural afeta todas as economias nacionais, atinge uma escala temporal permanente e, por fim, tem um caráter “sub-reptício”, rastejante, diferente das bruscas alterações do sistema nos séculos XIX e XX. É uma crise que afeta a totalidade do sistema, precarizando o trabalho, recaindo nos setores oprimidos social, política e economicamente, além de causar impactos ambientais irreversíveis. (MÉSZAROS, 2002).

Vê-se que o MST considera de fundamental importância absorver trabalhadores rurais precarizados e oferecer-lhes formação política para que se integrem à corrente de militantes do movimento. A Escola Nacional Florestan Fernandes torna-se assim o espaço principal em que o MST estrutura cursos de formação política sólida para esses trabalhadores, recebendo colaborações nos cursos de diversos intelectuais, professores, artistas e ativistas que são próximos do movimento. É importante se destacar que com as reconfigurações da dinâmica rural-urbano no Brasil, o movimento tem sido responsável também por absorver e formar politicamente na ENFF muitos trabalhadores urbanos, sejam trabalhadores precarizados que sempre se ocuparam na cidade, sejam trabalhadores provenientes da zona rural, mas que desempenham frequentemente trabalhos sazonais nas regiões urbanas (MARTINS, 2004)

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) surge no final dos anos 1990 das fileiras do próprio MST. O movimento se vê então na necessidade de articular um movimento específico para as questões políticas dos trabalhadores urbanos. A ocupação de terras (em muitos casos já terras urbanas) continua sendo de extrema importância para a formação política de trabalhadores precarizados recémincorporados pelo movimento. O MTST é confrontado com três aspectos da conjuntura neoliberal brasileira, que impõem reformulações em relação ao MST para a atuação do movimento a partir dos anos 2000. Como aponta Goulart (2011, p.3):

[...] a mudança da base social dos movimentos sociais que sofre com a intensa precarização do trabalho, com o crescimento do desemprego estrutural e não tem qualquer experiência em organizações de trabalhadores. Em segundo, a aplicação de políticas sociais regressivas pelos governos neoliberais desde os anos 1990, a piora das condições gerais de vida da classe trabalhadora, que por outro lado, se vê apartada de sua direção histórica, o PT e a CUT, que ao longo dos anos 90, aderiram ao neoliberalismo até completar este ciclo com a vitória eleitoral em 2002, que elege Lula para a Presidência da República.

O MTST cresce em número de ocupações nos anos seguintes à sua fundação e chega à nacionalização em 2009. Mas desde o final dos anos 1970, os movimentos sociais urbanos já despontavam como resposta à chamada “crise urbana”, que implicava em altas taxas de desemprego nas regiões metropolitanas, precarização do trabalho e carência de moradias (MARICATO, 2015). A conjuntura neoliberal em que o movimento foi forjado impôs novas formas de enfrentamento do movimento com o Estado e com o capital, o que fez com que o MTST assumisse uma postura nitidamente anticapitalista e radicalizada na luta por direitos da classe trabalhadora urbana no Brasil.

O MTST faz referência à sua origem em um documento, a Cartilha do Militante de 2005, onde confere ao MST um papel de coautor em sua formação e formula uma explicação para sua atuação na cidade. Goulart (2011) aponta que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST, passava a se preocupar também com a formação política e organização dos trabalhadores “das cidades” e não apenas “nas cidades”. A partir da Marcha Nacional do MST em 1997, o movimento liberou militantes para construir um movimento análogo nas cidades, a fim de enfrentar as consequências do neoliberalismo no mundo urbano, naquele momento notadamente o desemprego, a precarização do trabalho e a falta de acesso à moradia. Foi na cidade de Campinas-SP que o MTST lançou suas bases de construção autônoma com a ocupação “Parque Oziel” em fevereiro de 1997.

As dificuldades eram novas para os trabalhadores precarizados que participaram da ocupação e também para militantes do MST que não estavam acostumados com a complexidade das relações nas grandes cidades, como, por exemplo: “[...] o papel das forças políticas dentro da cidade, como se organizar nesse meio, como se relacionar com os partidos políticos, com o tráfico de drogas e com todas as facções que se organizam no meio urbano” (BENOIT, 2002, p. 141). E essa complexa realidade urbana viria a se apresentar duramente para o movimento em outras ocupações pelo estado de São Paulo ainda no ano de 1997, justamente em um momento em que o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) criminalizava diversos movimentos sociais e em que o crime organizado crescia exponencialmente nas periferias urbanas.

O MTST vai aos poucos se estruturando, tendo a organização de trabalhadores precarizados como uma de suas propostas centrais, ressaltando as dificuldades da organização sindical e a importância da organização política a partir do “território” em que o setor da classe trabalhadora precarizada vive no atual contexto social. O movimento

atua politicamente em diversas questões relacionadas à classe trabalhadora nas cidades. Não se define simplesmente como mais um “movimento de moradia”, ainda que a moradia faça parte dos direitos necessários para a população mais pobre viver nas cidades. De forma geral, o setor da classe trabalhadora que se incorpora ao MTST nas ocupações vive uma realidade de precarização do trabalho, dificuldade em pagar aluguéis, desemprego, miséria ou pobreza, e faz-se necessário enfrentar e superar também esses problemas. Além disso, muitos bairros periféricos urbanos enfrentam diversas dificuldades infraestruturais, como falta de escolas, postos de saúde, transporte coletivo, segurança, áreas de cultura e lazer, coleta de lixo e esgoto e outros. O MTST atua constantemente, junto às populações locais, para enfrentar também essas demandas junto ao poder público e à sociedade de forma geral. O MTST defende uma Reforma Urbana estrutural como forma de resolver o conjunto desses problemas e postula ideais de transformação mais ampla da sociedade. O MTST tem lidado nesses anos desde sua fundação com uma classe trabalhadora cada vez mais precarizada e carente de direitos sociais. Segundo Braga (2006, p.137), foi na década de 1990 que um novo regime de acumulação mais ou menos coerente conseguiu se estruturar:

Assistimos então à desestruturação da empresa fordista em benefício de um modelo de organização das relações de produção orientado pela generalização do processo de terceirização, pela compressão dos níveis hierárquicos, pelo desenvolvimento de estratégias gerenciais objetivando a mobilização permanente da força de trabalho, pela cooperação constrangida dos assalariados, pela administração por metas, assim como pela fragmentação da relação salarial.

O aumento do desemprego, atrelado a uma forte competição entre os trabalhadores, engendrou uma situação em que a “empresa neoliberal” tinha muito mais facilidade para desestruturar os grandes e antigos coletivos de trabalho. Como exemplo pode-se citar a questão das terceirizações, que logrou dispersar as concentrações de trabalhadores nas fábricas e facilitar a destruição das “antigas relações políticas”, empurrando grande parte da “nova classe trabalhadora” para o setor de serviços, carente de organizações coletivas consolidadas e fortalecidas. Além disso, outro fator merece destaque na reconfiguração e na construção de novos espaços de trabalho nos anos 1990: “[...] uma concepção reestruturada do espaço e com fatura de equipamentos informacionais, permitiu uma profunda transformação da organização do trabalho à qual nem todos os integrantes da “velha classe trabalhadora” puderam adaptar-se” (BRAGA, 2006, p.138).

Maricato (2015) aponta que a exploração da força de trabalho nas cidades tem se dado em um contexto no qual a estrutura mesma das cidades “dificultam”, paradoxalmente para o capital, a reprodução da força de trabalho. Um trabalhador que demora para se deslocar ao local de trabalho, devido às grandes distâncias e à precariedade dos meios de transporte, gasta grande parte de seu “tempo livre” com afazeres como compras para a casa, cuidados com a saúde, vivência familiar etc. e dorme cada vez menos, tende a não permanecer muito tempo em uma mesma empresa, o que aumenta a rotatividade do

trabalho de forma geral e a dificuldade para se aposentar, visto que grande parte da classe trabalhadora urbana passa também um tempo considerável de seu tempo de trabalho na informalidade, sem contribuir para a previdência social. Para resolver esse “paradoxo” o capital, atrelado a um processo crescente de urbanização, estimula o crescimento populacional da classe trabalhadora precarizada, desde os anos 1960, a fim de aumentar o “exército industrial de reserva” e manter um controle maior sobre a força de trabalho (Idem).

Para Antunes (2011), a recente crise estrutural do capital, que eclodiu em 2008 nas economias centrais, fez ampliar significativamente a precarização do trabalho e corroeu ainda mais o trabalho contratado e regulamentado, gerando novas formas de precarização e informalidade. Nos últimos anos, pode-se considerar que há uma precarização estrutural do trabalho (ANTUNES, 2011; CARVALHO, 2014). Nesse contexto, o fluxo global de capitais exige o desmonte das legislações trabalhistas nacionais, o que significa o aumento dos mecanismos de exploração do trabalho e a destruição de direitos sociais que foram conquistados desde a Revolução Industrial nas economias centrais e desde a década de 1930 no Brasil (Idem).

No que toca aos direitos sociais, o retrocesso é cada vez maior nos dias atuais. Antunes (2011) aponta que as reformas em curso no Brasil são um cenário de “devastação” nos direitos conquistados a duras penas: “Este pacote da reforma trabalhista, por exemplo, junto com a proposta de destituição da previdência, acaba mostrando que o governo [...] se agarra no colo das classes dominantes para fazer tudo o que essas classes não estavam conseguindo fazer na intensidade que queriam.” (ANTUNES, 2011).

O MTST lida, assim, em um contexto extremamente difícil para a organização e formação política da classe trabalhadora urbana. Mas, dialeticamente, esse mesmo contexto cria novas possibilidades para a absorção e formação de novos militantes do movimento. O movimento tem uma organização interna que explicita a sua preocupação com a formação de trabalhadores precarizados. O MTST tem uma reflexão sobre a base social de trabalhadores que compõe o movimento e, a partir dessa reflexão, estrutura momentos formativos nas ocupações, à semelhança do MST. O próprio movimento define em seu site a análise que faz do setor da classe trabalhadora junto ao qual atua: “[...] o capital dividiu os trabalhadores devido à diversificação das formas de trabalho: relação assalariada e trabalho por conta própria; formalidade e informalidade; contratos temporários; terceirização; desemprego crônico, etc.” (MTST s/d). E também faz uma projeção de suas ações políticas, classificando-se como um “[...] movimento popular, que tem como elemento central a classe trabalhadora, e que expressa sua luta por direitos negados pelo capital e pelo Estado, tais como terra, moradia, serviços básicos etc. ou por resistência às opressões sofridas enquanto classe” (MTSTs/d).

A partir dessa reflexão o MTST projeta sua organização interna e também seus objetivos de organização política. Com a diminuição da base de influência dos sindicatos,

que atuam unicamente entre os trabalhadores em sua base profissional, grande parte da classe trabalhadora precarizada é fragmentada e não dispõe de elementos coletivos de organização (BRAGA, 2006). Grande parte desses trabalhadores são atraídos por ações assistencialistas conservadoras de governos e ONGs ou acabam se inserindo em organizações criminosas, abdicando de uma inserção política efetiva, ainda que continuem sendo um “ator social” extremamente importante na atual configuração da classe trabalhadora urbana. Goulart (2011) destaca que a fragmentação desse setor de trabalhadores gera uma formação política descontinuada e dificulta a formação de uma base social consistente e organizada no MTST. É um problema que o movimento tem que lidar a todo o tempo.

CONCLUSÃO

O MTST, assim, desenvolve formas diversas de formação política. A ocupação de terras, assim como ocorre com o MST tem para o movimento um caráter pedagógico e formativo por excelência. É o primeiro momento de aprendizado e formação na própria ação política direta:

Nossa forma de ação mais importante são as ocupações de terras urbanas. Com elas pressionamos diretamente os proprietários e o Estado, denunciando o problema social da moradia e construímos um processo de organização autônoma dos trabalhadores. As ocupações são sempre acompanhadas de uma pressão focada nos órgãos do Estado, com marchas e ocupações de prédios públicos [...] entendemos também que as ocupações de terrenos nas periferias devem ser potencializadas como uma porta para o trabalho comunitário nos bairros próximos. Não podem ser uma ilha de lutadores; mas devem avançar para uma integração com as demandas dos trabalhadores que não participam diretamente dos acampamentos, ampliando nossa referência. (MTST,s/d)

Mas é inegável o potencial do movimento em organizar e formar politicamente trabalhadores precarizados nos últimos anos. No Relatório da Reunião Nacional do MTST de 2009, o capitalismo é definido como um sistema de “natureza contraditória e opressora que impede o acesso da maioria da população ao poder e às riquezas sociais” (2009, p.13). Em sua organização interna, o MTST, assim como o MST, também conta com um “setor de formação”. O MTST não conta com uma estrutura tal qual o MST, que por exemplo tem a Escola Nacional Florestan Fernandes como principal centro de formação. Também não tem ainda uma rede de relações com outros movimentos sociais, universidades, partidos políticos de esquerda, frentes amplas de mobilização que lhe permitam oferecer cursos de formação política estruturados como os do MTST. Mas, desde suas origens, o movimento reserva lugar especial para a formação de seus militantes e realiza essa formação, progressivamente, em suas ocupações. Tem sido cada vez mais comum o MTST fazer parcerias com grupos locais de educação popular e de teatro, a fim de que participem da formação política de seus militantes a partir de seus territórios (GOULART, 2011)

Por isso, também foi objetivo dessa pesquisa analisar como o MTST estrutura e oferece momentos de formação política, em suas ocupações, para setores precarizados da classe trabalhadora recém incorporados ao movimento. Por fim, pretendeu-se comparar a estratégia dos dois movimentos na incorporação de setores precarizados da classe trabalhadora rural e urbana. A partir da análise dos setores que são incorporados pelos movimentos e pela estrutura e dinâmica da formação política oferecida pelos movimentos a esses setores, procurou-se traçar um panorama atual de setores da classe trabalhadora precarizada, que são incorporados por dois dos maiores movimentos sociais do país, passam por um processo de formação política e se tornam militantes políticos orgânicos dos movimentos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. "Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?", *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 107, p. 405- 419, jul./set. 2011.

BENEDICTO, S.; ROMANIELLO, M.; ASILVA, A.; STIEG, C. "Precarização das relações do trabalho rural no Brasil: uma abordagem histórico-analítica". I Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, Natal, 2007.

BENOIT, H. "O assentamento Anita Garibaldi: entrevista com lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)". *Revista Crítica Marxista*. São Paulo, n.14, p. 134-149,2002.

BRAGA, R. "Uma sociologia da condição proletária", *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, p133-152,2006.

BURAWOY, M. **Marxismo Sociológico**, Rio de Janeiro, Alameda Editorial, 2014.

CALDART, T.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.), *Dicionário da educação do campo*, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, A. "A precarização estrutural do trabalho na civilização do capital em crise: o precariado como enigma contemporâneo", *R. Pol. Públ.*, São Luís, Número Especial, p. 225-239, 2014.

CARTILHA DO MILITANTE DO MTST (2005), disponível em ww.mtst.org.br, acesso em 22/05/2017.

DEMO, *Metodologia científica em Ciências Sociais*, São Paulo: Editora Atlas, 1987.

ENFF. (s/d.b), *Formação*. Disponível: em <<http://www.amigosenff.org.br/pt-BR/aescola/formacao>> Acesso em: 15mai.2015.

GONÇALO, J. **Reforma agrária como política social redistributiva**. Brasília: Editora Plano, 2001.

GOULART, D. *O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)*, Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

MARICATO, E. *Para entender a crise urbana*, São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MÉSZAROS, I. (2002), *Para além do capital*, São Paulo: Boitempo Editorial.

MORISSAWA, M. (2007), A luta pela terra e o MST, São Paulo: Expressão Popular.

MST. (s.d.) Quem somos. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

PINASSI, M. Da miséria ideológica à crise do capital, São Paulo: Boitempo Editorial,2009.

RIBEIRO, M. “Reforma agrária, trabalho agrícola e educação rural: desvelando conexões históricas da educação do campo”, Educação e Pesquisa., São Paulo, v. 41, n. 1, p. 79-100, jan./mar. 2015.

SANTA’ANA, A. “Trabalho e Desenvolvimento: a realidade rural e a questão social”, Serv. Soc. Soc. no.120 São Paulo Oct./Dec. 2014.

SCHLINDWEIN, M., “A desproteção social dos trabalhadores rurais nos acidentes de trabalho”, Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 10, n. 1, p. 109 - 117, jan. /jul. 2011.

SILVA, G. “A Natureza Educativa das Ocupações de Luta Pela Terra no Brasil”, *Revista Libertas eletrônica*, Pesquisado em 20/05/2017, Disponível em www.ufjf.br/revistalibertas/

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 44, 90, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 143, 201, 206

Alfabetização Científica 90, 96, 97, 98, 99, 100, 101

Analfabetismo funcional 102, 103, 105, 106, 107, 109, 110

Arranjos curriculares 150

Arte educadores 200

B

Bolivianos 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 149

C

Capital 1, 2, 3, 5, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 41, 43, 45, 47, 67, 110, 142, 146, 148, 153, 154, 161, 177

Comunidades Tradicionais 88

Cultura 8, 9, 10, 24, 28, 35, 36, 44, 48, 78, 79, 82, 83, 86, 87, 88, 97, 101, 110, 114, 116, 121, 127, 138, 153, 156, 158, 159, 166, 168, 177, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206

Currículos 33, 36, 75, 154, 163, 175

D

Desenvolvimento 10, 26, 28, 32, 35, 36, 38, 44, 49, 51, 52, 53, 55, 58, 62, 67, 70, 74, 75, 76, 79, 85, 90, 93, 97, 98, 99, 100, 104, 105, 111, 113, 118, 119, 123, 129, 132, 133, 134, 135, 152, 153, 155, 156, 157, 162, 163, 164, 168, 173, 175, 176, 177, 178, 180, 182, 183, 191, 193, 196, 206

Dissociação 1, 2

E

Educação 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 17, 20, 21, 24, 25, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 83, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 123, 124, 132, 134, 135, 136, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 168, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

Educação de Jovens e Adultos 33, 34, 38, 39, 90, 91, 92, 93, 101, 152, 155, 158, 160, 162, 163, 165, 172, 174, 179

Educação do Campo 24, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 39

Educação em saúde 50, 112, 113, 123
Educação Interprofissional 72, 73, 74, 77
Educação Médica 74, 118, 123, 124
Educação Popular 20, 21, 24, 25, 33, 35, 172
Educação Superior 6, 17, 113, 115
Educação técnica-profissional 150
EJA 34, 35, 36, 37, 38, 90, 91, 92, 93, 101, 152, 155, 164, 165, 166, 167, 169, 171, 172
Engagement Acadêmico 6, 7, 9, 11, 12, 15, 17
Ensino-aprendizagem 42, 43, 55, 57, 62, 74, 94, 95, 125, 126, 131, 135, 166, 177
Ensino Superior 13, 50, 57, 62, 112, 113, 126, 178, 206
Estudo de caso 70, 163

F

Formação 2, 4, 11, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 42, 43, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 74, 75, 76, 78, 88, 89, 96, 97, 98, 99, 103, 106, 108, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 127, 130, 133, 140, 142, 144, 150, 151, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 195, 205, 206
Formação de professores 106, 108, 110, 157, 158, 159, 164, 173, 174, 175, 176, 206
Formação política 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 35
Fronteira 49, 51, 54, 108, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149

H

Hematologia 125, 127, 128

I

Imigrantes 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 147, 148
Impacto 45, 121, 122, 143, 153, 200, 203
Indústria 184, 188, 189, 190, 191, 193, 194
itinerários formativos 150, 155, 156
ITINERÁRIOS FORMATIVOS 150

J

Jovens carentes 131, 133, 135

M

Metodologia 20, 24, 25, 31, 37, 41, 58, 67, 71, 74, 90, 92, 94, 95, 96, 99, 101, 107, 116, 127, 130, 134, 137, 138, 139, 140, 145, 150, 165, 166, 167, 168, 172, 180, 186, 198, 203

Metodologias Investigativas 90

Monitoria 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134

MST 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32

MTST 18, 19, 20, 21, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31

N

Natureza 30, 33, 34, 37, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 106, 141, 147, 155, 173, 175, 199, 203

P

Patrimônio Cultural 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205

Pesquisa como princípio educativo 165

Planejamento 68, 108, 128, 159, 168, 171, 172, 176, 179, 202

Política pública 155, 158, 201

Prática de ensino 56

Preservação 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204

Psicologia 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 184, 186, 187, 195

Psicologia do esporte 66, 71

Psicoterapia de grupo 64, 71

R

Rede 12, 13, 21, 30, 49, 52, 53, 75, 132, 137, 140, 143, 145, 184, 190

Relações Médico-Paciente 118

S

Saúde 28, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 96, 98, 100, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 185, 186, 187, 191, 195

Saúde Holística 118

Saúde pública 50, 55, 124

Serviços de integração docente-assistencial 49

Social 1, 2, 3, 4, 7, 12, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 47, 53, 55, 57, 65, 66, 67, 76, 81, 82, 85, 94, 97, 98, 99, 101, 105, 106, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 127, 131, 132, 135, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 145, 147, 148, 149, 152, 153, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 166, 176, 177, 179, 184, 186, 187, 189, 195, 200, 202

T

Tecnologias digitais 6, 7, 14, 15, 17

Trabalhadores 2, 3, 4, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 51, 53, 115, 156, 160

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 47, 50, 51, 53, 55, 56, 58, 61, 62, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 78, 81, 82, 83, 87, 88, 89, 92, 93, 94, 99, 102, 103, 104, 107, 108, 111, 112, 113, 115, 118, 120, 127, 130, 131, 132, 135, 138, 139, 140, 145, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 167, 168, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 186, 187, 194, 196, 197, 203, 205

Transdisciplinaridade 81

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

9

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

9

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Atena**
Editora

Ano 2020